

## MÉDIO ORIENTE

**SHIMON PERES, TEMPO PARA A GUERRA, TEMPO PARA A PAZ**

Lisboa, Publicações D. Quixote, 2004, 163 pp.

**A**pós a morte de Yitzak Rabin (1995) e Yasser Arafat (2004), Shimon Peres é agora o único «sobrevivente» do trio de Oslo, vencedor do prémio Nobel da Paz em 1994. Histórico do Partido Trabalhista israelita, por diversas vezes membro do Governo e primeiro-ministro entre 1984 e 1986, Peres marcou presença nos momentos decisivos da história recente do Médio Oriente.

*Tempo para a Guerra, Tempo para a Paz*, publicado em 2003 e traduzido para português no início de 2004, constitui uma reflexão não só sobre o desenvolvimento do Estado de Israel e das suas relações com os países vizinhos, mas essencialmente uma visão sobre o mundo actual, no quadro da guerra contra o terrorismo, que Peres descreve como o «conflito mundial do século XXI».

Intercalando reflexões com relatos da sua experiência pessoal, resultado de mais de meio século de vida política, esta obra pode

ser entendida como um legado de Peres às próximas gerações. Para além das considerações de âmbito político, é dado especial destaque (todo um capítulo) à ciência e novas tecnologias, que Shimon Peres considera fundamentais para o futuro das sociedades. Neste capítulo não é esquecida a «opção atómica» de Israel, da qual Peres foi um dos promotores, e que no seu entendimento teve um carácter determinante nas negociações com os países vizinhos.

Num exercício orientado para o futuro são apresentadas quatro linhas fundamentais: a confrontação entre o mundo antigo e o mundo moderno, exemplificada pela luta contra o terrorismo; a aposta na investigação e desenvolvimento tecnológico que, aliada aos valores democráticos, possibilitará o progresso das sociedades; a luta pela liberdade e igualdade, a par da investigação e tecnologia, sem a qual certos países estarão condenados à pobreza; e a certeza de que dentro de dois ou três anos ocorrerão mudanças no Médio Oriente e a paz chegará à região.

É também numa perspectiva de futuro que Shimon Peres questiona a sucessão de Yasser Arafat. Mahamud Abbas (Abu

Mazen) é apontado como um interlocutor privilegiado, e não como inimigo, ao mesmo tempo que é criticada a estratégia de negociação adoptada por Ariel Sharon. Face aos desafios do mundo actual, e tendo em vista a resolução do conflito no Médio Oriente, Shimon Peres propõe a criação de uma nova aliança – à semelhança da que uniu os dois lados do Atlântico durante a Guerra Fria – da qual deveriam fazer parte americanos, europeus, russos e, eventualmente, chineses e indianos. Esta aliança teria dois objectivos principais: parar o terrorismo e reconstruir o Médio Oriente de acordo com o modelo europeu.

**DENNIS ROSS, THE MISSING PEACE – THE INSIDE STORY OF THE FIGHT FOR MIDDLE EAST PEACE**

Nova York, Saint Martin's Press, 2004, 840 pp.

**A** visita de Yasser Arafat a Washington, em Janeiro de 2001, a poucos dias do final do segundo mandato de Bill Clinton na Casa Branca, marca mais um fracasso do processo de paz para o Médio Oriente e deita por terra as esperanças do 42.º presidente americano em ficar na história como o homem que levou a paz ao Médio Oriente. A seu lado estava Dennis Ross, enviado especial dos Estados Unidos à região entre 1988 e 2000, que terminava assim, de forma inglória, mais de uma década dedicada à mediação do conflito entre Israel e os países árabes vizinhos, de Madrid (1991) a Camp David II (2000), depois de ter trabalhado com três presidentes americanos. O legado de mediação de Ross não foi seguido pela administração de George W.

Bush, cuja estratégia face ao conflito israelo-palestino o autor considera, desde o início, um erro. Na opinião de Dennis Ross, os novos responsáveis da Casa Branca e do Departamento de Estado acreditavam que nada mais podia ser feito e, por isso, não valia a pena envidar esforços. Após o discurso histórico de George W. Bush, em Junho de 2002, em que, pela primeira vez, defendeu a solução de dois Estados, surge o Roteiro para a Paz, proposto pelo Quarteto composto pelos Estados Unidos, União Europeia, Rússia e Nações Unidas. Contudo, Dennis Ross aponta um defeito estrutural a esta proposta: o roteiro foi formulado por actores externos ao conflito e nunca poderia ser posto em prática sem o envolvimento das partes. Mais uma vez, a paz seria adiada. Em *Missing Peace*, Dennis Ross relata de forma detalhada os altos e baixos dos esforços de mediação americana no Médio Oriente. Os factos são intercalados com reflexões e comentários pessoais, cuja marca poderá condicionar a compreensão dos comportamentos e motivações dos interlocutores. Contudo, isto não afasta o autor do seu principal objectivo: relatar a sua parte da história do processo de paz no Médio Oriente, porque a paz nunca poderá ser alcançada num ambiente dominado por mitos e falsidades.

**HENRIQUE CYMERMAN, ENTREVISTAS NO CENTRO DO MUNDO**

Lisboa, Prime Books, 2004, 230 pp.

**A** cidade de Jerusalém, considerada no Antigo Testamento como o centro do mundo, é alvo da maior cobertura

mediática da região. Entre os mais de mil e quinhentos jornalistas internacionais permanentes na Cidade Santa encontra-se Henrique Cymerman, correspondente da SIC no Médio Oriente, que publicou no final de 2004 uma compilação das principais entrevistas realizadas ao longo dos últimos anos.

Com prefácio de Jorge Sampaio e posfácio de Francisco Pinto Balsemão, o livro de Henrique Cymerman recorda-nos a derradeira entrevista de Yitzak Rabin – antigo primeiro-ministro de Israel e um dos principais promotores do processo de paz – na véspera do atentado que o vitimou a 4 de Novembro de 1995.

A selecção de entrevistas inclui alguns dos principais protagonistas da cena política do Médio Oriente – como Yasser Arafat, Shimon Peres, Ehud Barak, Benjamin Netanyahu e Ariel Sharon –, bem como cidadãos cujas declarações transmitem o labirinto de emoções vivido no Médio Oriente. Entre estes destacam-se Liti Saed, colona judia de Kiriat Arba que trocou a Argentina pela terra onde viveu Abraão, e Jamal al Dura, o palestino cuja imagem correu mundo ao tentar proteger o filho de uma troca de tiros que acabou por vitimar a criança e a tornou num dos símbolos da segunda Intifada.

Tal como as declarações de Ahamad Yassin e Abd al Aziz al Rantisi, antigos líderes do Hamas entretanto assassinados pelas forças israelitas, ou Avi Ohanyo, cuja mulher e dois filhos pequenos foram assassinados às mãos terroristas islâmicos em Telavive, o livro do jornalista português transmite, de forma equilibrada e isenta, a complexidade de sensações, o terror e o medo que

se vive em Israel e na Palestina. A maioria das cerca de quarenta entrevistas recolhidas é apoiada por informação factual que enquadra os acontecimentos.

Nascido no Porto, de origem judaica, há muito que Henrique Cymerman vive em Israel, onde se especializou em Ciências Sociais, leccionou na Universidade de Telavive, mas optou por se dedicar ao jornalismo. Este livro, tal como as reportagens que regularmente apresenta na SIC, traz a marca do rigor e da isenção, fundamentais na análise de um conflito tão complexo, e gerador de paixões, como o do Médio Oriente.

**GILLES KEPEL, FITNA, GUERRE AU COEUR DE L'ISLAM**

Paris, Gallimard, 2004, 380 pp.

**P**assaria pela cabeça de poucos estabelecer um qualquer paralelismo entre bin Ladin e seus seguidores e os neoconservadores americanos. Gilles Kepel fê-lo, num estudo em que procura clarificar as origens do movimento fundamentalista islâmico que se desenvolveu no final do século XX e que levou aos atentados de 11 de Setembro de 2001 e à fitna, a guerra no coração do Islão.

Académico francês de renome, Gilles Kepel é director de investigação do CERI e professor no Institut d'Études Politiques de Paris, onde dirige um programa de estudos árabe-muçulmanos. Em *Fitna, Guerre au coeur de l'Islam*, Gilles Kepel argumenta que se os objectivos finais dos jihadistas e neoconservadores são claramente opostos, ambos pretendem depor os regimes despóticos que ocupam o poder no

Médio Oriente, denunciar o autoritarismo e a corrupção, se bem que os primeiros em nome de uma alegada pureza do Islão e os segundos da democracia.

Mas o essencial da argumentação desta obra do académico francês centra-se nas cisões vividas no seio da Umma, a comunidade do Islão. Kepel recorda que a história das sociedades muçulmanas tem sido marcada por uma tensão profunda entre dois pólos opostos, que comandam os fluxos da civilização islâmica: a *jihad* e a *fitna*. A *jihad*, de conotação positiva, designa o esforço exigido a cada crente no sentido de melhorar e a aprofundar a sua vida religiosa expresso através da guerra santa, de carácter defensivo ou ofensivo, contra os infiéis. A *fitna*, de conotação negativa, significa a revolta, uma força centrífuga que desmantela a comunidade levando à sua implosão e ruína, ou seja, à guerra dentro do Islão.

Gilles Kepel considera que os atentados de 11 de Setembro de 2001 foram, segundo os seus promotores, a expressão por excelência da *jihad* contra o inimigo ocidental ímpio, uma guerra que culminaria na submissão do Ocidente ao Islão. Mas, ao mesmo tempo, o massacre de milhares de inocentes significou o início da era da *fitna*, da desordem e devastação no seio do Islão. Num momento em que a promoção da democracia no Grande Médio Oriente serve de diapasão a americanos e europeus, Gilles Kepel recorda que face ao terrorismo e aos impasses da guerra contra ele declarada é nos subúrbios das grandes capitais europeias, onde as comunidades muçulmanas ganham uma importância fundamental, que se joga a batalha através da qual se chegará à guerra no coração do Islão.

Ana Santos Pinto

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

### JEFFREY TALIAFERRO, *BALANCING RISKS. GREAT POWER INTERVENTION IN THE PERIPHERY*

Ithaca, Cornell University Press, 2004, 320 pp.

O primeiro livro de Jeffrey Taliaferro tem o mérito de tratar das intervenções das grandes potências nas periferias, uma questão importante na política internacional que costuma ser tratada lateralmente na teoria das relações internacionais, bem como a ambição de enunciar uma nova teoria do realismo defensivo. As grandes potências têm o hábito de se meter onde não são chamadas, em confli-

tos marginais remotos, aparentemente sem relevância para a sua segurança. Os exemplos de Taliaferro são diversos – a Alemanha e a crise de Agadir, a decisão japonesa de concentrar a sua expansão em direcção ao Sul e a intervenção dos Estados Unidos na guerra da Coreia – e a lista dos possíveis é interminável. Os seus dois problemas centrais são cruciais: por que razão as grandes potências intervêm em periferias perigosas e por que razão não saem quando não podem obter uma vitória clara. Os casos da intervenção norte-americana no Vietname ou soviética no Afeganistão são referências óbvias. A resposta às duas perguntas mais perto da realidade é

óbvia: os decisores cometem erros, por vezes com consequências trágicas. Os motivos que os levam a errar incluem, como refere Taliaferro, os cálculos sobre a posição relativa de poder de uma grande potência na competição internacional, a defesa do seu estatuto e do seu prestígio. Mas também são a procura da glória, o impulso ideológico, a força de um mito ou a necessidade de esconder uma vulnerabilidade: essas motivações mais ofensivas e, também, mais irracionais não pertencem às hipóteses de Taliaferro, que quer subordinar o comportamento internacional das potências ao paradigma conservador do realismo defensivo. A sua tese sobre a intervenção periférica tem outro defeito: recorre a três casos que pertencem a três sistemas internacionais distintos e não tem em conta que a estrutura de distribuição do poder condiciona a definição de centro e periferia: na multipolaridade há múltiplos centros, na competição bipolar não há periferias e na unipolaridade só há um centro e, de certa maneira, tudo o resto são periferias.

**T.V. PAUL, JAMES WIRTZ, MICHEL FORTMANN (EDITORES), BALANCE OF POWER. THEORY AND PRACTICES IN THE 21<sup>ST</sup> CENTURY**

Stanford, Stanford University Press, 2004, 400 pp.

**A** balança do poder é um conceito decisivo na teoria das relações internacionais. David Hume considerava a balança uma lei científica, Hans Morgenthau definiu esse conceito como a «lei de ferro» da política internacional e Kenneth Waltz assenta a sua teoria neo-realista no mesmo princípio sistémico.

O tema do equilíbrio internacional no pós-Guerra Fria, com a aparente emergência de um sistema unipolar, é a questão central do livro editado por T.V. Paul. Segundo a melhor definição, uma unipolaridade estável implica a negação duradoura da capacidade das outras grandes potências contrabalançarem os Estados Unidos. Por que razão a balança deixou de funcionar? Jack Levy e Christopher Layne dão respostas distintas. Para o primeiro, a teoria da balança é inseparável das suas origens europeias e continentais e não se aplica às grandes potências marítimas, contra as quais nunca se formou uma coligação anti-hegemónica. Para o segundo, o mecanismo da balança está em acção num modo dialéctico: a ausência de constrangimentos e a superioridade do poder norte-americano multiplicam as suas intervenções militares, às quais os movimentos terroristas, as potências regionais ou as outras grandes potências respondem com formas assimétricas de equilíbrio, as quais provocam uma erosão constante da preponderância dos Estados Unidos. A sobreextensão imperial, na fórmula clássica, é uma das formas de restaurar o equilíbrio. Os estudos de caso, que aplicam a teoria da balança aos contextos regionais, dão respostas mais precisas. Robert Art considera que a autonomia crescente das potências europeias é apenas uma forma de *soft balancing* em relação aos Estados Unidos, William Wohlforth revela a extensão das estratégias de *bandwagoning* das antigas repúblicas soviéticas, incluindo a Ucrânia, em relação à Rússia, por sua vez incapaz de responder à ascensão norte-americana, Robert Ross propõe

uma balança asiática em que a China é contrabalançada pelos Estados Unidos como potência regional.

As análises concretas confirmam o predomínio dos Estados Unidos e a ausência da balança. Há um precedente, talvez também uma excepção, referido por David Hume: «It must be owned that the Romans never met with any such combination or confederacy against them as naturally might have been expected».

**CORAL BELL, A WORLD OUT OF BALANCE. AMERICAN ASCENDANCY AND INTERNATIONAL POLITICS IN THE 21<sup>ST</sup> CENTURY**

Sydney, Longueville Books, 2004, 220 pp.

**É** raro encontrar a combinação entre fluência histórica, segurança analítica e capacidade de previsão que Coral Bell, a grande senhora da escola realista clássica, demonstra no seu último livro, um dos mais importantes sobre a evolução internacional no pós-Guerra Fria e no pós-II de Setembro.

Coral Bell avalia o sentido das mudanças essenciais em dois registos paralelos – a mudança da estrutura de distribuição de poder e a dinâmica dos processos económicos, sociais e normativos. Fora da inclinação dogmática das escolas dominantes, é possível reconhecer a preponderância dos Estados Unidos nas relações entre as grandes potências sem ignorar a difusão e a fragmentação do poder nos regimes políticos, nas economias e nas sociedades modernas.

A hipótese do sistema unipolar, sem um equilíbrio central entre as grandes potências, é inovadora na teoria das relações

internacionais e cria certas tensões, que se exprimem nas guerras assimétricas e nas intervenções normativas. As primeiras são o resultado directo da unipolaridade, que exclui a possibilidade de uma guerra hegemónica e admite guerras periféricas e limitadas com a intervenção irresistível dos Estados Unidos. As segundas, incluindo o Kosovo e Timor-Leste, bem como a campanha contra o terrorismo, revelam uma determinação da comunidade internacional em impor o respeito pelas suas normas. Ambas podem pôr em causa as regras da soberania estatal e sublinham o lado pré-vestefaliano do sistema unipolar, em que o Presidente dos Estados Unidos figura como o herdeiro do poder do imperador e o Secretário-Geral das Nações Unidas imita a autoridade do Papa.

Contra a tendência dominante, Coral Bell não exclui que a *Pax Americana* possa durar. A unipolaridade, na sua definição, assenta em três pilares: o domínio económico e militar dos Estados Unidos, a sua posição geo-estratégica e a tendência da maior parte da sociedade internacional para seguir a grande potência norte-americana. A parte difícil é garantir essa tendência seguidista e, para tal, é preciso que o regime unipolar se possa institucionalizar como um concerto entre as grandes potências, mesmo que esse concerto seja mais uma aparência do que uma realidade.

**JOHN BARRY, THE GREAT INFLUENZA. THE EPIC STORY OF THE DEADLIEST PLAGUE IN HISTORY**

Nova York, Viking, 2004, 560 pp.

**A**s pandemias são armas de destruição maciça: a gripe espanhola, em 1918,

matou mais gente do que a Grande Guerra. Os números são devastadores: 675 mil mortos nos Estados Unidos, mais de 20 milhões no resto do mundo.

A gripe espanhola, a grande influenza, é identificada como tal na Europa, durante a Primavera de 1918. Embora não se possa provar a sua origem, a doença já tinha aparecido em Camp Funston, no Kansas, e são as tropas norte-americanas quem a traz para o velho continente. A primeira vaga da epidemia, que o general Ludendorff culpa por ter travado o assalto decisivo contra os aliados, é a mais branda, mas os movimentos de tropas espalham o vírus por toda a parte. No Outono, a segunda vaga, a mais letal, começa, simultaneamente, em Boston, nos Estados Unidos, em Brest, em França e em Freetown, na Serra Leoa. John Barry descreve o princípio da sua escalada fulminante em Camp Devens, no Massachussets, onde duzentas pessoas morrem por dia, e como o caos se instala nas grandes cidades da Costa Leste, dizimada em dez semanas, entre Setembro e Outubro. No Inverno, há ainda uma terceira vaga, comparativamente menos violenta, e a epidemia chega ao fim por si própria: por um

lado, as pessoas desenvolvem resistências e as mutações do vírus tornam-no menos letal, por outro lado, a excepcional eficácia do vírus leva-o a destruir os indivíduos susceptíveis. Os cientistas e os médicos tentam parar a epidemia, mas não tinham os instrumentos indispensáveis para identificar o vírus e o seu diagnóstico errado produz uma vacina inútil.

Como mostra John Barry, nenhuma epidemia causou tantas vítimas como a gripe espanhola. No entanto, o Presidente Woodrow Wilson não fez nenhuma declaração pública sobre o assunto, mesmo nos momentos mais dramáticos: queria concentrar todos os esforços dos Estados Unidos na guerra. A gripe espanhola, uma doença das multidões, matou muita gente porque há muita gente para matar nas grandes cidades, mas não desfez as sociedades modernas e não teve as consequências políticas e sociais tremendas, por exemplo, da peste negra. A Grande Guerra, pelo contrário, com menos mortos, destruiu a confiança no homem e desencadeou um ciclo terrível de guerras e de revoluções que dominou o resto do século.

*Carlos Gaspar*

## HISTÓRIA INTERNACIONAL

### STEPHEN KINZER, *ALL THE SHAH'S MEN. AN AMERICAN COUP AND THE ORIGINS OF THE MIDDLE EAST TERROR*

New Jersey, Wiley & Sons, 2003, 254 pp.

**A**gora que a hipótese de um ataque preventivo ao Irão volta a ser discutida nos corredores do poder em Washington,

o livro de Stephen Kinzer sobre o golpe anglo-americano que em 1953 derrubou o primeiro-ministro iraniano, Mossadegh, é uma leitura muito oportuna. O golpe constituiu a estreia da CIA no negócio da «mudança de regime», actividade prosseguida pela Agência ao longo da Guerra Fria com diferentes graus de sucesso. De Cuba ao Chile, do Vietname do Sul ao

Congo, os imperativos estratégicos do conflito bipolar levaram os serviços secretos norte-americanos a patrocinar soluções autoritárias que ajudam a explicar a má reputação que a América ainda hoje goza em vários pontos do mundo.

O envolvimento americano na desestabilização da democracia iraniana foi, de início, relutante. A deposição de Mossadegh (eleito «homem do ano» pela revista *Time* em 1951) começou a ser congeminaada pela potência que há longas décadas mexia os cordelinhos da política iraniana: a Grã-Bretanha. A nacionalização da Anglo-Iranian Oil Company pelo parlamento iraniano em 1951, e a reacção frouxa do governo trabalhista, deixaram Churchill furibundo. Quando regressaram ao poder no final desse ano, os *tories* estavam determinados a dar uma lição ao líder populista iraniano. A associação de Mossadegh com os comunistas do Partido Tudeh foi o suficiente para vencer os escrúpulos iniciais de Washington. Com a Guerra Fria ao rubro (queda da China, guerra da Coreia), a administração Eisenhower aceitou participar na conspiração. Com mestria, Kinzer descreve toda a montagem da Operação Ajax, organizada por Kermit Roosevelt, um arabista e veterano da OSS (e neto do presidente Theodor), em conluio com os operacionais britânicos do MI 6. Subornos, propaganda, ameaças, agentes provocadores – todas as técnicas que haveriam de se tornar familiares nas décadas seguintes foram testadas com pleno êxito em Teerão no Verão de 1953. Mossadegh foi julgado e colocado em prisão domiciliária até ao fim da vida, o Xá Reza Pahlavi passou a reinar como um

déspota pré-moderno, e os Estados Unidos conquistaram uma posição destacada no negócio petrolífero iraniano.

Mas por este triunfo a América pagaria um elevado preço. Os 25 anos de ditadura do Xá fortaleceram a posição dos fundamentalistas islâmicos e tornaram as mesquitas verdadeiras incubadoras de ódio contra o regime e os seus aliados no Ocidente. O resultado foi a Revolução iraniana de 1979 e a crise dos reféns. As imagens da humilhação americana galvanizaram militantes islâmicos pelo mundo fora, entre os quais os afegãos que fundaram o movimento Teleban e ofereceram santuário a bin Laden no final da década de 90. Nesse sentido, argumenta Kinzer, «não será forçado traçar uma linha a partir da Operação Ajax, passando pelo regime repressivo do Xá e a Revolução Islâmica, até às bolas de fogo que engoliram o World Trade Center, em Nova Iorque» (pp. 203-204).

**DOUGLAS PORCH, HITLER'S MEDITERRANEAN GAMBLE. THE NORTH AFRICAN AND MEDITERRANEAN CAMPAIGNS IN WORLD WAR II**

Londres, Weidenfeld e Nicolson, 796 pp.

**D**urante muito tempo, os historiadores militares tenderam a formular juízos severos sobre a «estratégia mediterrânica» dos Aliados. Para os norte-americanos, a concentração de esforços no teatro mediterrânico constituiu uma diversão perfeitamente evitável. Adiou por um ano a abertura de uma segunda frente na Europa ocidental, permitiu o avanço soviético na Europa de Leste, a concretização do Holocausto e em última análise deu um novo alento às anacrónicas aspirações



imperialistas da Grã-Bretanha. Mas muitos historiadores britânicos têm sido igualmente críticos da obsessão que desde a fase inicial do conflito Winston Churchill revelou pelo Mediterrâneo (porventura, uma tentativa de se redimir das suas responsabilidades no fiasco de Gallipoli na I Guerra Mundial).

Douglas Porch, um académico britânico que se especializou na história do exército e dos serviços secretos franceses (sendo também autor de um interessante livro sobre as forças armadas portuguesas e a revolução de Abril, editado em 1977), oferece-nos agora uma reavaliação desta frente algo negligenciada. O argumento fundamental de Porch é o seguinte: longe de ser o beco sem saída estratégico descrito por muitos autores, o Mediterrâneo foi o teatro de operações-pivot no esforço bélico dos aliados e as suas campanhas foram cruciais para a derrota do Eixo. Segundo Porch, «teria sido impossível para os aliados fazerem a transição com êxito de Dunquerque para a Operação *Overlord* sem passarem pelo Mediterrâneo». Por várias razões. Manteve os alemães ocupados até à vitória na Batalha do Atlântico e, sobretudo, permitiu aos aliados adquirirem valiosas competências de combate, avaliarem os melhores comandantes e desenvolverem os sistemas técnicos, operacionais, táticos e de informações indispensáveis para a invasão da Normandia, em Junho de 1944. Aliás, segundo Porch «o Mediterrâneo foi vital para o sucesso aliado precisamente porque impôs o adiamento de uma invasão prematura da Europa setentrional». Um desembarque aliado no Norte da França

em 1942-1943 teria redundado com toda a probabilidade num desastre sangrento às mãos de uma *Wehrmacht* e de uma *Luftwaffe* ainda poderosas. As consequências políticas dessa derrota são fáceis de imaginar: o enfraquecimento ou colapso da aliança ocidental, o desvio dos EUA para o teatro do Pacífico, o afastamento de Churchill, Roosevelt e De Gaulle, ou até mesmo a desestabilização das democracias anglo-saxónicas.

**IAN KERSHAW, MAKING FRIENDS WITH HITLER: LORD LONDONDERRY AND THE ROOTS OF APPEASEMENT**

Londres, Allen Lane, 2004, 512 pp.

No seu primeiro livro posterior à muito aclamada biografia em dois volumes que dedicou a Hitler (*Hubris e Nemesis*, 1998 e 2000), Ian Kershaw reincide no género biográfico. Desta vez a sua atenção recaiu numa figura cujo nome pouco ou nada dirá ao público leigo, mesmo ao público britânico: Charles Vane-Tempest-Stewart (1878-1949), sétimo marquês de Londonderry, descendente de Lord Castlereagh, primo de Winston Churchill e um dos homens mais ricos da Grã-Bretanha durante o seu tempo. «Charley», como era tratado por Jorge VI, ganhou a pouco invejável reputação de ser um dos «amigos» britânicos de Hitler e um dos principais paladinos do *appeasement*. O romancista Kazuo Ishiguro inspirou-se nele para criar uma das personagens de *Os Despojos do Dia* (1989), um admirável retrato da aristocracia britânica no período de entre-as-guerras. Londonderry era o arquétipo do patricio *tory*. Fabulosamente

rico, educado nas escolas de elite, íntimo da família real, Londonderry acreditava que as pessoas da sua estirpe tinham o «direito natural» a governar e dificilmente era capaz de esconder o seu desprezo pelos «sabichões» de classe média (personificados pelo primeiro-ministro conservador Stanley Baldwin).

Londonderry partilhava das ansiedades de muitos dos seus contemporâneos relativamente à revolução social e ao bolchevismo e foi isso que o levou a simpatizar com os regimes fascistas estabelecidos na Europa após a Grande Guerra. Como muitos outros *appeasers*, estava disposto a ir ao encontro de algumas das reivindicações de Hitler em troca da sua cooperação na manutenção da ordem na Europa continental e na resistência ao comunismo. Ministro do Ar durante o governo nacional de 1931-35, Londonderry não era, contudo, um *appeaser* incondicional. Ao contrário dos que defendiam que a melhor forma de lidar com Hitler consistia em desarmar para conquistar a sua boa-vontade, Londonderry preconizava um diálogo franco com a Alemanha nazi mas acompanhado de um rearmamento efectivo.

A sua incapacidade para garantir a superioridade aérea britânica face à Alemanha (em termos numéricos) custou-lhe o lugar no Gabinete, em Março de 1935. Londonderry iniciou então o seu *flirt* fatal com os nazis, com o intuito de demonstrar à classe política os seus dotes «diplomáticos». Falhou miseravelmente, como o próprio reconheceria anos mais tarde, e a sua correspondência com altos dignitários nazis (Hitler, Goering) e recepções privadas a Ribbentrop, manchariam para sempre a sua repu-

tação. Kershaw empreendeu um notável esforço no sentido de fazer justiça a esta personagem. Em vez de o julgar, procura compreendê-lo à luz dos preconceitos e atitudes do *establishment* conservador britânico. Não sendo um dos melhores livros de Kershaw, *Making Friends with Hitler* merece todavia ser lido pela sua penetrante análise da atmosfera social e mental onde germinou a política do *appeasement*.

**RICHARD OVERY, THE DICTATORS.  
HITLER'S GERMANY AND STALIN'S RUSSIA**  
Londres, Allen Lane, 2004, 849 pp.

O título do último livro de Richard Overy tem o seu quê de enganador. *The Dictators* não é um estudo biográfico comparado de Hitler e Estaline, à maneira do *Hitler and Stalin. Parallel Lives* (1991), de Alan Bullock, ou de *Hitler and Churchill. Secrets of Leadership* (2003), de Andrew Roberts, só para citar dois exemplos bem conhecidos. Overy, um conceituado historiador militar do King's College (Londres) e autor de mais de uma dezena de obras de referência sobre a II Guerra Mundial, oferece-nos um ensaio muito mais centrado nas estruturas políticas e nas dinâmicas organizacionais e sociais das duas ditaduras do que nas personalidades e estilos de liderança dos respectivos tiranos. Um objectivo altamente ambicioso tanto mais que a Alemanha nazi e a Rússia estalinista têm, nos últimos anos, concentrado a atenção de vários historiadores de primeira linha. As comparações entre o Nazismo e o Estalinismo não são novas. Aliás, elas são contemporâneas das próprias ditaduras e a seguir à II Guerra alimentaram um vivo

debate entre os teóricos do totalitarismo e do fascismo comparado. Na Alemanha Ocidental, historiadores como Ernst Nolte causaram escândalo quando começaram a explorar as influências recíprocas entre os dois regimes. Mais recentemente, o *Livro Negro do Comunismo* (1997), coordenado por Stéphane Courtois, fez correr muita tinta por causa da equivalência moral que estabelecia entre as duas ditaduras.

O aspecto mais perturbante revelado por muita da recente literatura sobre o Nazismo e o Estalinismo é que ambos contaram com um assinalável grau de adesão por parte das respectivas populações (o Nazismo sobretudo), não obstante a ferocidade com que perseguiram os seus críticos e inimigos. Hitler permaneceu altamente popular até 1945. Estaline nunca foi vítima de uma tentativa de assassinato. Coerção e consentimento eram as duas faces da mesma moeda. A isso não terá sido alheio o culto da ciência (ou da pseudo-ciência) que os dois regimes fomentavam. O darwinismo racial e as leis

económicas e históricas de Marx foram decisivos para que ambos conseguissem seduzir muito boa gente.

Mas se as semelhanças entre os dois regimes são hoje um facto indisputado, Overy insiste na importância de não perdermos de vista as diferenças que os separavam. Paradoxalmente, a distopia nazi acomodou-se melhor à sociedade alemã. O número de cidadãos presos e executados pelo regime nazi foi incomparavelmente mais baixo do que o das vítimas das purgas de Estaline, por exemplo. Experiências como a colectivização da agricultura levada a cabo pelos comunistas nos anos 30 explicam o entusiasmo com que as divisões da *Wehrmacht* foram recebidas em algumas regiões da URSS em 1941. Por outro lado, o exclusivismo racial do nazismo significava que o regime jamais poderia contar com a adesão das populações europeias que veio a dominar durante a guerra. Isso e o dinamismo auto-destrutivo que animava a ditadura de Hitler acabaram por ser determinantes para o seu colapso irreversível.

*Pedro Aires Oliveira*